



ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO SEGUNDO GRAU.

I – DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO: 18 de agosto de 2017, 09 horas, na Sala de Reuniões da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

II – MODO DE CONVOCAÇÃO: O Excelentíssimo Senhor Desembargador JOÃO LAGES, representante da AMAAP e o Ilustríssimo Servidor BOUCINHA, representante do SINJAP, foram convocados por ofício. Os demais membros foram convocados via email pela Assessoria de Planejamento e Organização do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, mediante convocação assinada pelo Presidente do Comitê.

III - PAUTA: 1) Apresentação Orçamento 2018; 2) O que ocorrer.

IV – QUÓRUM DE INSTALAÇÃO: Desembargador CARLOS TORK, Presidente do Tribunal de Justiça do Amapá e do Comitê Orçamentário do Segundo Grau; Justificada Ausência do Desembargador JOÃO GUILHERME LAGES MENDES – Representante da AMAAP; Servidor GLÁCIO BEZERRA MACIEL – Diretor Geral do TJAP; Servidor JOSÉ ADELSON DOS SANTOS PANTOJA – Presidente da Comissão de Licitação e Cadastro; o Servidor ALVINO BOUCINHA DA FONSECA – Representante do SINJAP. E, Servidor FRANCYS DA SILVA CAMPOS – Membro do Comitê.

V – DELIBERAÇÕES: 1) Apresentação do Orçamento 2018 – Com a palavra, o Senhor Presidente do Tribunal e Presidente do Comitê Orçamentário informou aos presentes que, considerando que a pauta é comum, a reunião seria realizada em conjunto com o Comitê Gestor Estadual de Priorização do Primeiro e Comitê



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Orçamentário do Segundo Grau

Orçamentário do Primeiro Grau que, no TJAP, se constitui em Comitê único. O Presidente do Comitê, Desembargador CARLOS TORC, convidou para participar da reunião, também, os membros da Comissão constituída pela Portaria nº 51607/2017-GP: Juiz de Direito AILTON MARCELO MOTA VIDAL (Presidente), Juiz de Direito REGINALDO GOMES DE ANDRADE (membro), ROSILENE CAMPOS DE SOUZA, Diretora de Departamento de Gestão de Pessoas (membro), JOB DUARTE MORAIS, servidora da Assessoria de Planejamento e Organização – Asplan (membro) e SUZIVALDO DE ALMEIDA MONTEIRO, Diretor do Departamento Administrativo – DA (membro), justificada a sua ausência por motivo de férias, tendo sido representado pelo servidor EDVALDO EDSON COSTA DOS SANTOS que havia apresentado, em reunião anterior, o relatório final da Comissão. Em seguida, imediatamente ao primeiro item da pauta. Feito o detalhamento orçamentário, a partir de um quadro de evolução nos anos de 2015/2016/2017, até o Orçamento/2018, pelo Assessor de Planejamento, ROSYWAN CANTUÁRIA e depois pelo Diretor Geral, GLÁUCIO MACIEL, passou-se à discussão dos pontos de conflitos em vista à adequação dos valores apresentados, dentro da previsão da Receita Fiscal (GEA), no valor de R\$ 303.298.206,00, representados da seguinte forma: - Repasse do GEA no valor de R\$ 303.298.206,00, incluído Rendimento de Aplicação no valor de R\$ 1.236.035,00; e, Receita Própria: - FMRJ: R\$ 11.241.937,00, oriundos de Custas Judiciais R\$ 3.250.141,00; Taxa Judiciária no Valor de R\$ 2.991.796,00; e Emolumentos R\$ 5.000.000,00; incluindo-se os Rendimentos de Aplicação Financeiras no valor de R\$ 150.388,00; - FAJJ: – R\$ 747.949,00, incluindo-se os Rendimentos de Aplicação Financeira no valor de R\$ 250.000,00; FERC – R\$ 176.000,00, incluindo-se o valor de R\$ 10.000,00 de Rendimento de Aplicação Financeira. O Assessor de Planejamento destacou o Orçamento Total no valor de **R\$ 315.464.092,00 (trezentos e quinze milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil e cento e noventa e dois reais)**. Inicialmente, a questão centrou-se no entendimento do quê da Receita Própria relativa aos Emolumentos Extrajudiciais no valor de R\$ 5.000.000,00 do TJAP comporia o



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Orçamentário do Segundo Grau

orçamento, pelo valor estimado para Orçamento/2018. Após ponderação da arrecadação do TJAP através dos Emolumentos, estimada inicialmente em R\$ 5 milhões, o Presidente do Comitê achou mais prudente reduzir para R\$ 1 milhão. Com base no argumento de não haver histórico de arrecadação dos Emolumentos, o Comitê, depois de detida análise, decidiu alterar a previsão de arrecadação dos Emolumentos Cartorários Extrajudiciais para R\$ 1 milhão. Foi suscitado pela Presidência do Comitê a previsão de Parcelamento do Imposto de Renda. Foi informado que não constava de previsão orçamentária para 2018. Colocada a matéria em votação, foi deliberado pela inclusão, em decorrência de possibilidade real de se concretizar no ano de 2018, com estimativa de R\$ 6.556.187,00. Realizadas as discussões, o Presidente do Comitê colocou a matéria em votação, deliberando, por unanimidade, a inclusão na proposta orçamentária para 2018, o valor relativo ao parcelamento do imposto de renda. Em sendo assim, o Presidente do Comitê informou aos presentes que será necessária a avaliação detalhada pelos membros dos cortes a serem efetivados, em decorrência da diminuição dos Emolumentos e inclusão do pagamento do parcelamento do imposto de renda. Tendo em vista o cenário econômico-financeiro, e considerando a sustentabilidade do Tribunal, o Comitê deliberou: - Reduzir o valor previsto no orçamento 2018 de R\$ 1.200.000,00 para R\$ 800.000,00, destinados à Escola Judicial - EJAP; - Suspender a nomeação de novos servidores, orçado em R\$ 3.186.045,00, em decorrência da indisponibilidade orçamentária; - Reduzir o reajuste destinado ao servidor de 3% para 1%, passando o valor destinado no orçamento de R\$ 4.191.197,00 para R\$ 1.396.732,00. Nesse momento, o Presidente do Comitê apresentou aos membros estudo da Comissão composta pela Portaria nº 51607/2017-GP, sobre a possibilidade e viabilidade de adequação do horário de funcionamento das unidades judiciárias, bem como da sede deste tribunal de Justiça. Destacou que, pelo relatório apresentado, a Comissão demonstra uma estimativa de economia da ordem de R\$ 2.960.793,36 (dois milhões, novecentos e sessenta mil, setecentos e noventa e três



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Orçamentário do Segundo Grau

reais e trinta e seis centavos). Este valor representa 10% do orçamento do Tribunal estimado aos contratos para 2018; com essa economia poderá ser finalizado o Fórum dos Juizados. Essa economia corresponde ao investimento de Tecnologia de Informação e Comunicação para 2017, e ainda, quase a totalidade dos investimentos do Tribunal para 2018. O Senhor Presidente enfatizou, que a Comissão que elaborou o estudo, em face das informações e argumentos apresentados, sugere a análise de possível adoção da seguinte opção de horário: - Jornada de 7 horas, com atendimento de 7:30 às 14:30 horas; - Os servidores sem cargo em comissão ou função, cumprirão 6 horas; - Os cargos em comissões e funções cumprirão 7 horas. Continuou dizendo que, por sugestão da Comissão, o horário seja implementado a partir de janeiro/2018, devendo os servidores que ocupam as funções em comissão afetados, sejam informados antecipadamente pelo Departamento de Gestão de Pessoas, permitindo novo planejamento de vida à referida mudança, bem como se for necessário aprofundar ainda mais os estudos. A Comissão também propôs a implementação de experiência piloto no Tribunal de Justiça (Sede) e no Fórum de Macapá, nos meses de setembro, outubro e novembro/17, devendo à Assessoria de Planejamento e Organização juntamente com o Departamento de Gestão de Pessoas realizarem o acompanhamento necessário para aferir a efetividade da decisão. Com base na página 31 do Estudo da Comissão, Quadro 8 – resumo da estimativa final de redução de custos, à fl. 104 do Processo Administrativo nº 55600/2017, é apresentado estimativa de redução de Mão-de-Obra Terceirizada (R\$ 825.927,84), Energia Elétrica (R\$ 193.259,61), Material de Consumo (R\$ 117.655,91), Redução de 39 Bolsistas (R\$ 205.000,00), Redução de 16 Estagiários (R\$ 131.000,00), Extinção de 90 Funções Comissionadas das Unidades Judiciárias (1.260.000,00) e Extinção de 13 Funções Comissionadas das Unidades Administrativas (R\$ 227.950,00). Em ato contínuo solicitou aos presentes que avaliassem a possibilidade de adoção do horário no âmbito do Tribunal, objetivando contribuir a necessidade orçamentário para 2018. Realizadas as discussões pelos membros e colocada a



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Orçamentário do Segundo Grau

matéria em votação, o Comitê deliberou pela adoção da adequação do horário a partir de 01 de outubro de 2017, devendo os servidores exonerados das funções, estagiários e bolsistas afetados com a decisão sejam informados antecipadamente da medida pelo Departamento de Gestão de Pessoas - DEGESP. A Presidência do Tribunal emitirá Portaria para formalização da decisão, podendo ser levado ao *referendum* do Pleno Administrativo, considerando a abrangência do tema. O Comitê também deliberou que, a condução das ações junto ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, Ordem dos Advogados do Brasil, Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público, será realizada pelo Juiz Auxiliar da Presidência. Tendo em vista a inclusão dos valores relativos à adequação do jornada de trabalho dos servidores, a equipe técnica da Assessoria de Planejamento e Organização passou a fazer os cálculos para o impacto orçamentário. Em assim sendo, foi apresentada a Proposta Orçamentária, conforme segue: 1) Repasse do GEA: R\$ 303.298.206,00; 2) FMRJ: R\$ 7.241.937,00; 3) FAJJ; R\$ 747.949,00; e, 4) FERC: R\$ 176.000,00, perfazendo um total de **R\$ 311.464.092,00 (trezentos e onze milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil e noventa e dois reais)**. As despesas relativas à **Folha** totalizam: R\$ 279.180.771,00, já incluso o valor do reajuste para os servidores, na ordem de 1%; Auxílio Alimentação (4,5%) e Locomoções de Oficiais de Justiça (4,5%); - Parcelamentos: - IRRF de R\$ 6.556.187,00 e AMPREV – R\$ 8.316.996,00; - **Custeio**: Valor Total: R\$ 22.125.995,00, distribuído entre as seguintes despesas: Bolsistas: R\$ 1.791.974,00; Contratos TIC: R\$ 2.625.352,00 (Orçamento Fiscal) e R\$ 1.406.725,00 (FMRJ); Contratos Saúde: R\$ 7.574.000,00; Contrato Segurança: R\$ 1.345,838,00; Contratos Transporte: R\$ 1.671.465,00; Contratos Publicidade: R\$ 601.710,00; Contratos Terceirizados: R\$ 3.482.360,00; e Outros: R\$ 3.036.536,00; Com relação as OBRAS: R\$ 250.000,00; Com relação aos Investimentos – valor Total de: R\$ 938.200,00, distribuídos em: Investimento TIC: R\$ 650.000,00; Investimento em Segurança: 313.200,00. Os recursos destinados à Escola Judicial – EJAP ficaram em: R\$ 800.000,00. Os recursos oriundos da **Receita**



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Orçamentário do Segundo Grau

Própria estão distribuídos: FMRJ: R\$ 7.241.177,00, FAJJ: R\$ 747.949,00 e FERC: R\$ 176.000,00. O senhor Diretor Geral, Gláucio Bezerra informou detalhadamente a Folha de Pagamento, Custeio e Receita Própria, apontando os impactos das deliberações do Comitê e onde ocorrem as realocações de recursos em decorrência da necessidade de ajuste às demandas do Tribunal. Tendo sido realizadas as discussões e esclarecimentos à respeito dos remanejamentos ocorridos em decorrência da inclusão do parcelamento do Imposto de Renda e demais medidas deliberadas pelo Comitê, o Presidente do Comitê colocou o orçamento para aprovação. Os membros do Comitê deliberaram aprovar a Proposta Orçamentária no valor de R\$ 311.464.092,00, devendo ser encaminhado ao Pleno Administrativo e que sejam cumpridos os prazos legais de encaminhamento ao Poder Executivo. **2) O que ocorrer:**

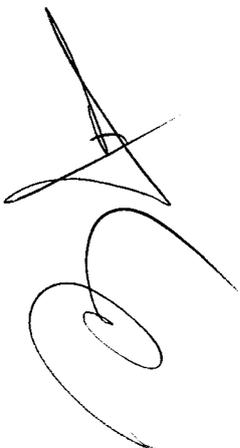
- O Juiz de Direito Esclepiades de Oliveira Neto, membro do Comitê Gestor de Priorização do Primeiro Grau e Comitê Orçamentário do Primeiro Grau, na condição de Presidente do Comitê de Gestor Local de Gestão de Pessoas informou aos presentes que o Comitê está de acordo com o processo de adequação de horário do Tribunal.

VI – ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião. Macapá-AP, 18 de agosto de 2017.



Desembargador Carlos Tork

Presidente do Tribunal de Justiça do Amapá e do
Comitê Orçamentário do Segundo Grau do TJAP

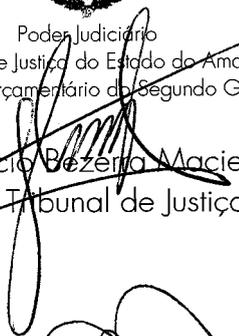


Desembargador João Guilherme Lages Mendes
Representante da Associação dos Magistrados do Amapá



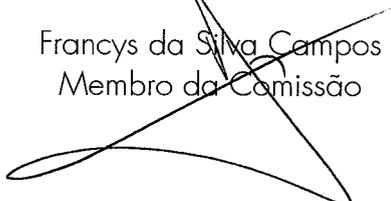


Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Orçamentário do Segundo Grau


Gláucio Bezerra Maciel
Diretor Geral do Tribunal de Justiça do Amapá


José Adelson dos Santos Pantoja
Presidente da Comissão de Licitação e Cadastro


Alviná Balcinha da Fonseca
Representante do Sindicato dos Servidores - SINJAP


Francys da Silva Campos
Membro da Comissão

